



Jornal FNE Edição 57 – Fev/07

Notícias do mundo

Nesta edição, Engenheiro traz a cobertura do Fórum Social Mundial, que aconteceu entre os dias 20 e 25 de janeiro, em Nairóbi, no Quênia. Na sétima edição do evento, ganharam destaque os dramas vividos no continente, como a escassez de água e o excesso de guerras, que afligem a população, e o desrespeito aos direitos das mulheres. Também ficaram notórias as contradições do próprio FSM, cujo comitê organizador enfrentou protestos. Também diretamente do Quênia, uma entrevista com George Mochai, dirigente da central sindical do País, que falou sobre as dificuldades da luta dos trabalhadores numa realidade de alto desemprego e miséria.

O jornal relata ainda os novos planos da categoria, que no final de janeiro reativou a ONG Engenheiros Solidários. O objetivo precípuo da entidade é atuar em prol da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável. Com nova diretoria e ânimo refeito, a entidade agora trabalhará em sintonia com o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”.

Outra boa notícia é a aprovação do tão aguardado marco regulatório para o saneamento ambiental, que aguardava votação da Câmara há meses. Definidas as regras, falta agora que os investimentos se efetivem para assegurar saúde pública e dignidade à população brasileira.

C&T conta como a Finep pretende aplicar R\$ 80 milhões em financiamento do desenvolvimento limpo, de acordo com o Protocolo de Quioto. E ainda, o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

Entre os dias 13 e 16 de setembro de 2006, aconteceu o VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), ponto culminante do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, articulado e organizado pela FNE. Na ocasião, foram discutidas as bases para um projeto de desenvolvimento nacional com a apresentação do manifesto “Cresce Brasil”, que expôs a importância da retomada pela engenharia do seu papel ativo e criativo nas áreas de tecnologia, energia, transportes urbanos e de carga, comunicações, agricultura, urbanismo, saneamento e meio ambiente. O congresso simbolizou a reafirmação do lugar do engenheiro no cenário nacional, atribuindo-lhe um papel central no processo de crescimento econômico e de universalização da qualidade de vida.

O Maranhão incorporou, definitivamente, o pensamento despertado no VI Conse. O Senge-MA, em parceria com o CEM (Clube de Engenharia do Maranhão), trouxe ao Estado o debate sobre a idéia de crescimento econômico e qualidade de vida, estimulando uma nova concepção de desenvolvimento, na qual a engenharia deve contribuir na promoção de justiça social e na construção da responsabilidade ambiental. A união entre o Senge e o CEM indica um novo caminho de associação e cooperação entre as instituições representativas, no sentido de fortalecer as suas lutas e alcançar os seus objetivos.

A Uema (Universidade Estadual do Maranhão) recebeu em seu auditório a Semana de Engenharia e Arquitetura - realizada entre os dias 11 e 15 de dezembro de 2006 –, idealizada e promovida pelo Senge-MA e pelo CEM. A semana elegeu como pano de fundo dois grandes projetos de engenharia realizados no Estado – o Sistema Produtor do Italuís e o Porto do Itaqui –, no intuito de entender as suas especificidades técnicas, destacar os benefícios trazidos para a população maranhense e, principalmente, tentar enxergá-los em um novo contexto de desenvolvimento. Os debates procuraram estimular as reflexões despertadas durante o VI Conse e apresentadas no manifesto, colocando em questão a importância desses grandes projetos na vida da população maranhense. A diversidade do público composto por representantes de entidades associativas de classe, pesquisadores, professores, estudantes, profissionais da área tecnológica e políticos refletiu a abrangência dos debates.

O modelo de desenvolvimento implementado até os dias de hoje está falido. O crescente aumento das mazelas sociais e dos problemas de origem ambiental comprova a ineficiência da concepção de desenvolvimento baseada na exploração desenfreada dos recursos naturais e na produção capitalista. Enfim, é preciso entender a necessidade urgente de substituição desse modelo de pensamento.

O Senge-MA vem tentando provocar a reflexão acerca do novo perfil do profissional da área tecnológica. A efetivação do desenvolvimento sustentável passa pela necessidade de aproximação dos processos produtivos com a realidade social, além da produção de conhecimento e a pesquisa de caráter científico preocupadas em atender as demandas cada vez mais urgentes e numerosas da sociedade. Portanto, o que se pretende é transformação do profissional pela intervenção responsável e comprometida não só com o crescimento

econômico, como também com o meio ambiente, contribuindo, assim, para o exercício da cidadania por meio das práticas sindicais.

Odinéia Melo Santos Ribeiro é presidente do Senge-MA

ENGENHARIA

“Trinta milhões de brasileiros encontram-se privados de serviços de abastecimento de água e 93 milhões não contam com esgotamento sanitário. Entre os anos de 1996 e 2000, o Brasil aplicou quantia inferior a 1% do gasto público em habitação e saneamento, devido principalmente à adoção do modelo que privilegiou os ajustes das contas públicas na condução de sua política econômica conservadora... É necessário, portanto, que se aumente o volume de recursos empregados, que se estabeleçam regras de financiamento adequadas e que sejam asseguradas por mecanismos sólidos e permanentes as correspondentes fontes de recursos indispensáveis, prioritariamente públicas e, complementarmente, segundo regras claras, o aporte de capital privado de risco.” As diretrizes integram o manifesto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, que reúne as proposições da engenharia a uma plataforma nacional de desenvolvimento com inclusão social. Essas foram apresentadas durante o VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), realizado em setembro último na Capital paulista.

Propugnado nesse documento, o marco regulatório do setor, capaz de impulsionar soluções às suas mazelas, foi finalmente sancionado pelo Presidente da República em 5 de janeiro último, após 21 anos de luta pela normatização – desde que foi extinto o BNH (Banco Nacional de Habitação). “Com isso, será inevitável o desenvolvimento nessa área, que reúne péssimos índices devido à falta de uma política para o setor. Vamos recuperar o atraso”, acredita Carlos Bastos Abraham, dirigente da FNE. Sua expectativa é de retomada dos investimentos, tendo em vista que o texto prevê a criação de instrumentos para tanto. Entre eles, a instituição por parte de estados e municípios de fundos de universalização dos serviços, segundo o Ministério das Cidades, alimentados com recursos da União ou de parte da receita das tarifas. Seu funcionamento “deverá ser fiscalizado pelos mecanismos de controle social”.

Sem benefício fiscal

As aplicações no setor poderiam ser estimuladas ainda com a desoneração de tributos como o PIS/Pasep e Cofins para quem investisse em projetos no segmento. Mas a medida foi vetada por Lula – assim como outros 15 artigos da nova lei, os quais, conforme publicado pela Aesbe (Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais) em seu site, “vão redundar em custos maiores para a prestação dos serviços, com reflexo tarifário”. Para se ter uma idéia de

como seria importante o incentivo fiscal, José Homero Finamor Pinto, diretor do Senge-RS, destaca que em 2006 foram destinados à área de saneamento menos de R\$ 1 bilhão do Orçamento Geral da União. Em contrapartida, o segmento pagou mais de R\$ 1 bilhão em PIS/Cofins e mais de R\$ 1 bilhão em serviço da dívida. Luiz Edmundo Horta Barbosa da Costa Leite, professor do Departamento de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), concorda que seria um volume expressivo para aplicação no saneamento. Apesar disso, está otimista. “O que se objetiva é aumentar a cobertura dos serviços de água e esgoto, especialmente nas áreas mais pobres.” Para a universalização do acesso, dados do próprio governo indicam que seriam necessários em torno de R\$ 178 bilhões num período de 20 anos. Ou seja, em média R\$ 9 bilhões anualmente – muito acima dos cerca de R\$ 5 bilhões desembolsados de janeiro de 2003 a setembro de 2006, dos quais apenas R\$ 2,8 bilhões foram provenientes do Orçamento e o restante foi fruto de financiamento, de acordo com relatório publicado no site do Ministério das Cidades. A promessa agora é de R\$ 40 bilhões ao setor até 2010, conforme consta no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), anunciado em 22 de janeiro pelo Presidente da República. Segundo o governo, seriam investimentos da União, iniciativa privada e contrapartida de estados, municípios e mutuários. Ao definir regras ao planejamento, regulação e fiscalização do setor, a nova lei propiciaria as condições para tanto. “A perspectiva é de muito crescimento. Existem recursos do FGTS e iniciativa privada, que pode participar desse esforço, mas precisava de segurança jurídica. Isso foi alcançado.” Finamor considera que o marco regulatório, embora possa ter que ser aprimorado ao longo do tempo, atende bem as exigências do setor. “Foram preservados os principais pilares do sistema de saneamento no Brasil, que são o subsídio cruzado e investimentos.”

Quanto aos mecanismos de controle social, devem ser estabelecidos pelos titulares dos serviços. A esses, a lei incumbe de formular sua política pública de saneamento básico, com base nas diretrizes definidas no marco. Assim, entre outras obrigações, devem elaborar plano, definir agência reguladora, fixar os direitos e deveres dos usuários, bem como organizar sistema de informações sobre os serviços, articulado com o nacional.

Na ótica de Costa Leite, falta, no entanto, solucionar a questão da titularidade do serviço, ou seja, “quem efetivamente é o ente da federação responsável pela concessão nas áreas metropolitanas”. Na sua opinião, essa deve ser compartilhada nessas regiões. Resolver a pendência está nas mãos do Supremo Tribunal Federal.

Engenheiros Solidários é reativada

Em reunião realizada no dia 30 de janeiro último, em Brasília, foi revitalizada oficialmente a ONG Engenheiros Solidários. A decisão havia sido tomada em assembléia da FNE em dezembro do ano passado. Vinculada à federação, mas com diretoria independente, a organização não-governamental – criada em março de 2003 e encontrando-se desativada – reinicia com o objetivo precípuo de atuar em prol da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável. A idéia, dessa forma, é interferir positivamente nos grandes projetos nacionais, de modo a minimizar o impacto ao meio. Ao adotar tal linha, a ONG trabalhará em consonância com as proposições da engenharia nacional, reunidas no manifesto “Cresce Brasil + Engenharia

+ Desenvolvimento”. Lançado pela FNE em setembro de 2006, como resultado do VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), esse propugna por uma plataforma nacional de desenvolvimento com justiça social. Um dos projetos presentes nesse documento em que os profissionais ligados à organização poderão intervir é o de construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, na Volta Grande do Rio Xingu, no Estado do Pará, observa seu diretor-tesoureiro, Fernando Palmezan. Ao lado das usinas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia, representa potencial importante à necessária ampliação da oferta de energia em mais de 8% ao ano, caso a economia brasileira cresça 6%, como defende a categoria. No manifesto “Cresce Brasil”, sua mensagem é clara: não há nenhuma razão estrutural a que isso não ocorra. E há recursos financeiros ao investimento público e privado para tanto.

Pensando em desenvolvimento sustentável, o documento obviamente não ignora que “a pressão ambiental gerada por essa meta representa um desafio severo que só poderá ser vencido com criatividade e determinação”. Essa, destaca, “deverá ser contrabalançada pela introdução de estímulos poderosos às fontes energéticas sustentáveis e duradouras, assim como ao uso eficiente e à conservação”. Tal visão vai ao encontro do trabalho que pretende desenvolver a ONG Engenheiros Solidários.

Minimizar impactos

A organização não-governamental poderá dar importante contribuição para mitigar os impactos, por exemplo, dimensionando-os. Conforme Palmezan, uma das formas de a entidade colaborar é apresentar suas sugestões ao desenvolvimento, levando em conta a questão ambiental, aos órgãos públicos e empresas. Trabalho semelhante foi feito pelos engenheiros por ocasião do lançamento do manifesto “Cresce Brasil” em período pré-eleitoral. Na oportunidade, candidatos a Presidente da República e a governadores receberam o documento. Entre suas propostas, a elaboração de políticas para a Amazônia pensando a conservação dos seus recursos naturais aliada ao desenvolvimento social e econômico dos seus habitantes e a utilização de bioenergia em lugar do diesel e da gasolina, em nível nacional. “Há enorme potencialidade de expansão da produção de etanol para os mercados interno e externo, podendo o País substituir pelo menos 5% de todo o consumo mundial de gasolina pelo álcool brasileiro.”

O manifesto ressalta ainda a importância da transversalidade nas políticas públicas e de entendimento entre os ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente, “tendo como pressuposto que toda intervenção humana implica desgaste ambiental e que é vital para o País buscar a melhor equação entre desenvolvimento e preservação. Muitos projetos, hoje parados por entraves nessa questão, dependem, na verdade, mais de capacidade de diálogo entre os diversos agentes”. A ONG pode facilitar essa conversa, ao apresentar aos seus interlocutores propostas condizentes com o que aponta o “Cresce Brasil”. Nos estados, ficará a cargo dos Senges levantarem os problemas ambientais, de modo que a organização possa expor alternativas às autoridades locais.

O presidente da Engenheiros Solidários é Sebastião Fonseca (Senge-AC). Além dele e de Palmezan, integram a diretoria Dauzelei Benetton Pereira (Senge-SC), Núbia Francisca Mendes Monteiro (Senge-MA), José Luiz Lins dos Santos (Senge-CE), Luís Alexandre Farias, o Madalena (Senge-AL), Sebastião Djalma Gomes (Senge-MA) e Teodora Ximenes da Silveira (Senge-CE).

POLÍTICA

Inaugurado em 2001 na cidade de Porto Alegre como um contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que acontece anualmente em Davos, na Suíça, o Fórum Social Mundial chegou à sua sétima edição e foi realizado entre os dias 20 e 25 de janeiro último em Nairóbi, capital do Quênia. Ao acerto político de promover o encontro no continente africano, cuja população provavelmente sofre mais que qualquer outra os efeitos da exploração colonial e do neoliberalismo econômico, contrapôs-se uma série de contradições que colocaram em xeque a organização do movimento que clama por “um outro mundo possível”.

Como qualquer um dos eventos anteriores, o FSM 2007 dividiu-se em eixos temáticos (21 ao todo, que incluíam água, democracia, guerra, Aids, energia, meio ambiente e direitos das mulheres, entre outros), que seriam tratados em 1.200 atividades promovidas em autogestão pelas ONGs (organizações não-governamentais) e movimentos sociais participantes ou co-organizadas por diferentes entidades.

No dia-a-dia do evento, no entanto, emergiram contradições inéditas, a começar pelo local escolhido, o Moi International Sports Centre, conhecido como Kasarani, a 17 quilômetros do centro de Nairóbi. Para ter acesso ao lugar, além da distância a ser percorrida contando com o precário transporte público, os quenianos precisavam arcar com a taxa de inscrição de US\$ 7 (que subia para US\$ 28, no caso de latino-americanos e asiáticos, e US\$ 110, para norte-americanos e europeus). Quem ultrapassava essa primeira barreira, via-se em maus lençóis para pagar pelas refeições vendidas dentro do estádio, tabeladas em cerca de US\$ 5, outra fortuna para a população local, que em boa parte encontra-se abaixo da linha da pobreza. Dessa forma, muitos quenianos ficaram do lado de fora do fórum em que se discutiam questões essenciais a sua vida.

Para completar os tropeços, o FSM teve como patrocinador mais visível a filial queniana de uma multinacional do setor de telecomunicações. Não bastasse a onipresença da companhia por todo Kasarani, o pagamento das inscrições era feito por meio da compra de um chip e créditos para celular equivalentes ao valor da taxa. Outra gafe imperdoável foi o local de destaque reservado ao stand de um hotel cinco estrelas, cujo proprietário teria sido colaborador do governo colonialista inglês.

Diante desse quadro, o comitê organizador do FSM 2007 viu-se na inusitada situação de ser também alvo de protestos, juntamente com o presidente estadunidense George W. Bush ou a companhia holandesa Shell. Como resultado, no terceiro dia de eventos, os portões do Kasarani foram abertos aos quenianos e o pagamento deixou de ser exigido. Mesmo assim, devido às dificuldades para se chegar ao centro esportivo, o FSM acabou também tendo um evento paralelo organizado pelo movimento queniano People's Parliament em Jeevanjee Gardens, um parque público localizado no centro da cidade. Com tudo isso, o público ficou bem abaixo dos 150 mil esperados. Os números oficiais divulgados pelo escritório do fórum no Brasil dão conta de 52 mil participantes – informação recebida com ceticismo por quem circulou por inúmeras atividades esvaziadas.

Sem caminho de volta

Se as contradições da edição africana ganharam destaque ao longo dos cinco dias de atividades, não ofuscam a conquista que significou reunir as forças “altermundistas” no Quênia. A opinião é de Salete Valesan Camba, diretora do Instituto Paulo Freire e membro do CI (Comitê Internacional) do FSM. “Foi uma oportunidade única de se fortalecer os movimentos sociais locais e de possibilitar a troca de experiências entre as lutas na América Latina, Ásia, África e mesmo na Europa.”

Na sua opinião, também é um equívoco avaliar o sucesso ou não do evento pelo número de participantes. “Não se trata disso. O FSM vem amadurecendo, o fato de ser maior ou menor não interfere no que se vem construindo. Pessoas que jamais imaginaram estar juntas numa luta por justiça social hoje estão. O fórum, portanto, é um caminho sem volta, só tem ida.”

De acordo com Camba, apesar de fazer uma avaliação positiva, a reunião realizada pelo CI nos dias que se seguiram ao fórum reconheceu as falhas na organização. “Tudo isso será objeto de debate para evitar que se repita no futuro.” Entre os erros a serem corrigidos, ela elege como prioritário o esforço de comunicação com a sociedade, que ficou prejudicado pelo tratamento dado ao evento pela chamada grande imprensa. “Precisamos trabalhar esse aspecto. Sabemos a quem serve a mídia comercial e esses jamais admitirão que os cidadãos do planeta têm um espaço para se manifestar contra a primazia do poder econômico.”

Em 2008, não haverá um Fórum Social Mundial, mas jornadas de mobilização simultâneas em todos os continentes agendadas para os dias 26 e 27 de janeiro. Em 2009, volta a acontecer um encontro único, que pode regressar ao Brasil, na cidade de Salvador, ou à África, em local a ser definido, ou ainda ir para a Coreia do Sul. As candidaturas serão analisadas até junho, quando acontece uma reunião do CI em Berlim.

Com a colaboração da Ciranda Internacional da Informação Independente (www.ciranda.net)

SINDICAL

PA - Manifesto “Cresce Brasil” é entregue a Ana Júlia

No dia 21 de dezembro, durante seminário para reestruturação da administração Ana Júlia Carepa (PT), realizado no Hotel Sagres, em Belém, Manuel José Menezes Vieira, presidente do Senge Pará, entregou à governadora o manifesto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, aprovado no VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), realizado de 13 a 16 de setembro, em São Paulo. O objetivo da direção do Senge foi reiterar a disposição da categoria em contribuir com o progresso do País e do Estado. Durante a campanha eleitoral, Ana Júlia já havia recebido o documento, elaborado com propostas de encontros realizados ao longo de 2006 em Brasília, São Luís, Belém, Florianópolis, Teresina, Rio de Janeiro e Cuiabá.

MS - Contribuição Sindical

O valor da Contribuição Sindical de 2007 é de R\$ 105,00. Segundo Arthur Chinzarian, presidente do Senge Mato Grosso do Sul, esse valor foi decidido pela maioria dos engenheiros em Assembléia Geral Extraordinária no dia 5 de dezembro último, na sede da entidade. Maiores informações pelo telefone (67) 3028-6940.

RJ - MP 353 pune ferroviários

O governo federal editou a Medida Provisória 353 e o Decreto 6.018, publicados no Diário Oficial de 22 de janeiro, “numa clara demonstração de desprezo pela sociedade, o Poder Legislativo e a classe ferroviária”, criticou Clarice Maria de Aquino Soraggi, diretora Sudeste da FNE. Integrante do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), anunciado na mesma data pelo Presidente da República, a medida encerra o processo de liquidação e extingue a RFFSA. “Além de demonstrar total falta de visão quanto ao sistema ferroviário ao incluir o que havia de pior nas MPs já rejeitadas em 2005 pelo Congresso Nacional, maldosamente acrescentou outras punitivas contra uma categoria corajosa e honrada, em contradição com o próprio processo de liquidação da RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.)”, apontou a engenheira. “Infelizmente”, acrescentou ela, “a mídia somente mostra os nossos débitos, esquecendo os créditos, que são maiores que o orçamento anual do Ministério dos Transportes”. Para Soraggi, essa será “a maior queima de arquivos da República, caso o Congresso e a sociedade não reajam, pois esse patrimônio é do povo sofrido brasileiro”.

TO - Conselheiros são empossados no Crea

No dia 8 de janeiro, tomaram posse os conselheiros representantes das entidades para a plenária do Crea-TO (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia no Estado de Tocantins). Representarão o Seageto os engenheiros civis Daybson de Sousa e seu suplente

Ramiro José Pereira Filho, com mandato de dois anos, e Nivaldo Sampaio Pedrosa e a suplente Andréa Biscaro, de 2007/2009. Também para esse período, os engenheiros eletricitas Renato Luiz de Araújo Júnior, como titular, e Iloir Martins de Sousa, suplente. Para Daybson, o Crea é de suma importância porque normatiza o exercício profissional, coibindo a ação de leigos, dessa forma contribui para o bem-estar de toda sociedade. E garante: “Buscarei a valorização profissional, qualificação técnica e a efetiva aplicação dos princípios éticos.” Pedrosa assegura que seu trabalho se pautará na ética, respeitando o cumprimento da legislação com foco na valorização profissional. A cerimônia contou com a presença de João Alberto Rodrigues Aragão, presidente do sindicato.

RN - Pleito garante representação do Senge no Crea

Visando a renovação de um terço do plenário do Crea-RN (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia no Rio Grande do Norte), no dia 25 de janeiro ocorreu na sede do Senge a eleição para conselheiros representantes desse sindicato junto à autarquia federal, atendendo à decisão nº 1.914/06, aprovada pela plenária do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia). As sete vagas destinadas ao Senge foram ocupadas por seus representantes eleitos para triênio 2007/2009, na modalidade de Engenharia Civil, entre eles José D' Arimatea Fernandes (titular) e Carlos Cabral Freitas de Macedo (suplente); Vera Lucia de Lima Gomes (titular) e Gustavo Fernandes Rosado Coelho (suplente); José Jácome Neto (titular) e Sônia Maria de Almeida Cacho da Costa (suplente); Alexandre Magno Fernandes de Souza (titular) e Fernando Antônio Galvão Gondim (suplente); e Larissa Dantas Gentile (titular) e Jorian Alves de Moraes (suplente) para o biênio 2007/2008. Além desses, na Mecânica e Metalúrgica, Fernando Leitão de Moraes Junior (titular) e Francisco Fernandes da Costa Junior (suplente); e na de Química, Modesto Ferreira dos Santos Filho (titular) e Laurentino Alves de Lima (suplente), com mandato até 2009.

MA - Turma conclui curso de computação

O primeiro grupo a se beneficiar do convênio entre a FNE e o Senge-MA para atualização profissional encerrou em dezembro de 2006 o curso de computação, que foi ministrado pelo professor Oldair de Jesus Sousa. Na opinião de Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, presidente do sindicato, que promoveu a iniciativa, José Ribamar Franco da Costa, José Murilo Pereira da Silva, João Barbosa Bayma, Manoel Moraes dos Santos, Sebastião Djalma Gomes, Josilda Junqueira Ayres Gomes e Maria de Lourdes M. A. Duarte (a Uda) são exemplos de profissionais da área tecnológica reciclando seus conhecimentos.

-Doação de alimentos na Vila Cerâmica

Promovida pelo Senge-MA e pelo Clube de Engenharia do Maranhão, a Semana da Engenharia e Arquitetura encerrou suas atividades no dia 22 de dezembro com a entrega de alimentos arrecadados durante as inscrições dos participantes. Eles foram doados à Associação dos

Moradores da Vila Cerâmica — um bairro carente da cidade de São Luís —, por indicação do Banco do Amazonas S.A. nesse Estado. A iniciativa contou com a participação de Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, presidente do Senge, e de seus diretores Thereza Christina da Silva Pereira Castro, Núbia Francisca Mendes Monteiro e José Murilo Pereira da Silva. “Esse momento demonstrou o desejo do sindicato de integração com todos os segmentos da sociedade, visando adotar um comportamento socialmente responsável”, afirmou a presidente.

ENTREVISTA

O cenário para reivindicações por melhores condições de vida e trabalho no Quênia está longe de ser confortável. Cerca de metade da população economicamente ativa está desempregada e a renda per capita anual do país é aproximadamente US\$ 350, o que coloca boa parte abaixo da linha da pobreza. Como resultado, a criminalidade cresce assustadoramente. Numa cultura fortemente machista, as mulheres enfrentam ainda o assédio sexual, extremamente freqüente, especialmente nas fábricas. Assim, não poderia ser mais apropriada a conferência sobre trabalho decente realizada durante o Fórum Social Mundial 2007, que aconteceu entre 20 e 25 de janeiro na capital, Nairóbi. Após a discussão, que reuniu dezenas de sindicalistas de várias partes do mundo, George Mochai, dirigente da Cotu (Central Organization of Trade Unions), a central sindical do Quênia, à qual estão ligados 36 sindicatos e cerca de 1 milhão de trabalhadores, falou ao Engenheiro .

Qual é a pauta do movimento sindical queniano?

As lutas do sindicalismo no Quênia são basicamente pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e suas famílias. Isso tem sido feito por meio das negociações coletivas, às quais as empresas estão obrigadas graças a um sistema desenvolvido ao longo de anos. Em caso de divergências, há um sistema de arbitragem cuja decisão é final. Além disso, também estamos engajados em buscar mudanças políticas no País, mas de forma não partidária. Por exemplo, está em discussão uma reforma constitucional e os trabalhadores têm participado do debate. O texto feito no ano passado reconhece o direito de os trabalhadores terem representação no Parlamento, não como partido político, mas como um grupo social. Apesar dos avanços, foi rejeitado num referendo, inclusive por nós, porque após as negociações o governo fez emendas alterando questões essenciais que diziam respeito à democratização da administração pública, mantendo o sistema atual, muito centralizado. Esses pontos voltaram a ser discutidos e mais uma vez a Cotu está participando ativamente.

Qual o principal problema dos trabalhadores?

O mais grave é sem dúvida alguma o desemprego. A população economicamente ativa soma 8 milhões de pessoas e aproximadamente metade está desempregada, especialmente os jovens. Isso está gerando um problema social muito grave, que é a alta criminalidade. Assolam o país assaltos a banco, batedores de carteira e roubos em geral. E, à medida que o governo aumenta a segurança nas cidades, os crimes migram para a área rural, onde as pessoas aterrorizadas não têm como recorrer à polícia tão facilmente. A situação deve-se em grande parte às políticas impostas pelo Banco Mundial e pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), que exigem cortes nos serviços públicos e insistem na privatização das estatais. Acabamos de perder a concessão das estradas e do serviço postal para o setor privado; a água, um recurso natural, também já deixou de ser pública. Isso é um desastre, porque a privatização coloca ênfase na obtenção de lucros, não no bem-estar das pessoas.

E com desemprego alto, o salário cai...

Obviamente. O salário mínimo é de aproximadamente US\$ 88. Não é suficiente absolutamente para o sustento de uma família. Nossa reivindicação é US\$ 300. Não queremos um salário mínimo, mas um que garanta vida digna. Mas essa é a renda da maioria, especialmente aqueles que não estão nos sindicatos e não são beneficiados pelas negociações coletivas, que atingem cerca de 60% da mão-de-obra formal. Principalmente nas pequenas empresas é muito difícil os sindicatos entrarem. Por isso mesmo, apesar do valor irrisório, defendemos o piso legal de forma muito zelosa, porque sabemos que sem isso os trabalhadores podem se ver obrigados a trabalhar por migalhas.

Mas mesmo esse salário está garantido apenas para quem está no mercado formal de trabalho, não?

Sim, o sindicalismo no Quênia está organizado sobre uma base industrial e ainda não atingiu os trabalhadores da economia informal, que enfrentam condições ainda mais adversas. O que temos feito nesse caso são parcerias com cooperativas para dar assistência a essa parcela da força de trabalho com apoio financeiro para desenvolver os próprios negócios, ampliá-los e eventualmente contratar outros empregados.

Nesse cenário desfavorável de desemprego e salários baixos, as mulheres enfrentam problemas adicionais?

O principal problema enfrentado pelas mulheres é o assédio sexual. Em geral, as pessoas em posição de comando nas empresas são homens, que em muitos casos não hesitam em exigir favores sexuais em troca de promoções ou simplesmente para manter o emprego das subordinadas. Isso é muito comum, especialmente no setor fabril. Eu me lembro de um caso, cuja denúncia recebi no meu sindicato (indústria da alimentação) . A trabalhadora estava

muito angustiada porque o gerente da fábrica a estava assediando e ameaçando demiti-la. Nós sugerimos a ela fingir que concordava para que pudéssemos flagrá-lo. Ela aceitou a proposta e marcou um encontro com o gerente para uma bebida; nós tiramos fotos e depois o confrontamos. A princípio, ele negou porque não sabia que tínhamos provas. Quando viu as fotos, constrangido, ainda tentou contornar a situação. Fechou a porta do escritório e propôs: “Vamos conversar de homem para homem.” Nós dissemos: “Nada feito, não vamos permitir que isso aconteça.” Felizmente, esse gerente acabou demitido por assédio sexual. Mas esse é um caso singular em que a mulher teve coragem de denunciar e teve um final feliz. No entanto, há vários casos em que as mulheres se vêem sem saída. Intimidadas e sem coragem de denunciar, elas vão para o desemprego ou cedem ao assédio. Muitas até contraíram HIV nessas situações.

C&T

Um dos pioneiros no desenvolvimento de projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) e, conforme informação oficial, ocupando a terceira colocação em número de propostas já registradas, o Brasil pode incrementar ainda mais sua presença nesse mercado. Hoje, segundo documento elaborado pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o País tem 196 projetos (14% do volume global), ficando atrás apenas da Índia e China. Entre as nações com maiores reduções anuais de emissões de gases de efeito estufa, também encontra-se em terceiro lugar, sendo responsável por 10% do total mundial.

O impulso a que o Brasil amplie ainda mais essa participação já significativa será dado pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), que aplicará até 2009 cerca de R\$ 80 milhões em iniciativas que propiciem a diminuição do aquecimento global. O dinheiro virá do Pró-MDL (Programa de Apoio a Projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo). Lançado em dezembro último, já começa a receber consultas e propostas, como atesta Fabrício Brollo, chefe do Departamento de Agronegócio da instituição. “A expectativa é de apoiarmos entre 50 e 100 projetos com essa dotação orçamentária”, salienta.

A linha criada, ressaltando Newton Paciornik, assessor da coordenação geral de mudanças globais de clima do Ministério da Ciência e Tecnologia, deve impulsionar a viabilização financeira de parte da concepção dos projetos, “para que possam ser submetidos à validação e apreciação”. Segundo acrescenta Brollo, permitirá às empresas alavancarem a elaboração de relatórios para obtenção de créditos de carbono. E sem terem que se submeter à especulação internacional na busca pelo financiamento de tais projetos – que resulta em deságio considerável na comercialização dos títulos. “Nessa forma tradicional, varia de 40% a 60%.”

Os créditos de carbono estão previstos no Protocolo de Quioto, através do MDL, que permite a participação voluntária de países em desenvolvimento na diminuição de gases de efeito estufa

e a venda dos créditos (reduções certificadas de emissões) às nações que mais agridem o meio ambiente. Essas podem incluí-los em suas metas a cumprir, num total de 20% do estabelecido – pelo tratado, os grandes poluidores devem diminuir suas emissões em cerca de 5% de 2008 a 2012.

A linha de apoio

Segundo Brollo, o Pró-MDL visa apoiar projetos aceitáveis pela comissão internacional, que confere sua validação. Assim, podem se inscrever, por exemplo, propostas relativas a “biodigestores, pequenas centrais hidroelétricas, reflorestamento, energias alternativas, biomassa”. As iniciativas referentes a biodiesel não são contempladas por essa linha, de acordo com ele, porque já há normativa ao seu financiamento. Tais podem usufruir de outro programa da Finep, denominado Pró-Inovação, cujo objetivo é “apoiar o desenvolvimento tecnológico em geral”. Ou mesmo de programa do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) voltado ao apoio de projetos de eficiência energética.

Já o Pró-MDL tem uma linha de financiamento não-reembolsável e outra reembolsável, como consta do site da instituição. Brollo explica que a primeira delas é destinada a projetos com valor mínimo de R\$ 300 mil, feitos por empresas em parceria com instituições de pesquisa científica e tecnológica. “A Finep coloca até 50% a fundo perdido, para apoiar o que é substancial em termos de necessidade de desenvolvimento.” São passíveis de financiamento despesas atinentes à pesquisa e inovação, incluindo contratação e treinamento de pessoal. Já a linha reembolsável visa auxiliar, conforme o chefe do Departamento de Agronegócio, parte dos projetos de pré-investimento e o desenvolvimento de tecnologias, como um novo processo, equipamento ou sistema que permita reduzir emissões. O valor mínimo, nesse caso, é R\$ 500 mil. A carência é de 36 meses e a amortização se dá em até 120 meses, com pagamento de TJLP (taxa de juros de longo prazo) mais 5% ao ano. Há possibilidade de gradação da taxa, a depender de critérios atendidos, completa Brollo. O máximo financiável, em ambas as linhas, depende da capacidade de pagamento da empresa e da natureza do projeto, informa. De acordo com ele, o programa destina-se às médias e grandes companhias porque há grande potencial de geração de créditos de carbono por parte dessas. Mas há previsão de revisão semestral da linha. “Na primeira, devemos avaliar a pertinência de abrir para as demais empresas.” Os interessados em obter o financiamento da instituição devem acessar seu site (www.finep.gov.br), clicar no link Programas e, então, em Pró-MDL. Além das características dessa linha, encontrarão os formulários para encaminhamento de propostas.

Em 30 de janeiro último, a Reuters divulgou que até o final do século XXI “as alterações climáticas farão com que a escassez de água afete entre 1,1 e 3,2 bilhões de pessoas, com um aumento médio de temperatura da ordem de 2 a 3 graus Celsius, segundo relatório preliminar do Painel Intergovernamental para a Mudança Climática”. Para Luiz Pinguelli Rosa, secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e coordenador do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), o mecanismo que receberá o incentivo da Finep é uma contribuição importante para conter o problema, mas

não o resolve. “A questão central é os países ricos fazerem a parte deles. Têm mais recursos de capital e tecnologia.”